

## Por uma política cultural definida

JOAQUIM COSTA PEREIRA PINTO

A muitos causará estranheza ocuparmo-nos, em uma revista cultural, de um fato eminentemente político, como é o caso da visita ao Brasil do Chefe de Estado português.

Em primeiro lugar, é bom lembrar que a política, em sentido amplo, acha-se incorporada à natureza humana e encontra-se presente em todos os setores da vida social. A própria abstenção da participação política encobre quase sempre uma atitude política. Além disto, mesmo o Estado — todos os Estados — possui uma política cultural fixada e executada por instituição ministerial especializada, de acordo com o que se supõe serem as tendências da época e as características particulares do meio e em função dos interesses da coletividade ou dos grupos dominantes.

Cultura, por sua vez, deixou de ser sinônimo de refinamento e, também, não se resume mais a um acúmulo de conhecimentos ornamentais assimilados ou adquiridos em conformidade com as convenções sociais e os interesses das elites intelectuais reconhecidas como tal.

Assim, marginalizar a análise política de qualquer projeto de grandes dimensões (como seria o caso, por exemplo, da decantada Universidade Lusíada) que vise dinamizar as relações culturais entre Portugal e Brasil, será fechar os olhos à realidade e laborar em erro primário.

Por outro lado, ligar a embaixada chefiada pelo general Ramalho Eanes à necessidade de revitalização das relações culturais entre Portugal e Brasil, poderá parecer uma contradição de nossa parte diante do que expusemos, no último número de CONVERGÊNCIA, a respeito da participação da iniciativa oficial nesse intercâmbio. Entretanto, a ênfase que demos à importância de se estimular a iniciativa privada no campo da cultura não exclui, evidentemente, os indispensáveis incentivos da esfera governamental.

É justo, portanto, esperar que a estada do Presidente Eanes no Brasil tenha aberto perspectivas para a fixação de diretrizes que levem a um relacionamento cultural mais estreito entre as duas pátrias. Porém, sabe-se que, por motivos vários, é diminuta a probabilidade de uma perfeita sintonia entre os governos, de maneira a favorecer, num futuro próximo, a ampla e produtiva ação cultural conjunta. A alternativa restante seria, então, uma reaproximação equilibrada (não tutelar) e criteriosa entre o Estado português e os portugueses do Brasil.

Portugal é uma nação que transborda os seus limites territoriais e a emigração, fenómeno incorporado às estruturas nacionais, foi e continua a ser uma realidade incontestável. Torna-se, portanto, indispensável uma definição de atitude e o estabelecimento de metas por parte das autoridades portuguesas com relação às comunidades portuguesas do exterior, de acordo com as particularidades de cada qual.

É a partir dessas comunidades e através das instituições criadas pelo emigrante que Portugal deverá promover a divulgação da sua cultura junto às sociedades nacionais. Mas para tanto, antes de mais nada, no caso específico do Brasil é necessário o abandono da visão preconceituosa e da atitude de hostilidade ou indiferença que boa parte dos intelectuais portugueses (muitos dos quais responsáveis pela movimentação da engrenagem estatal) assumiram, sobretudo nos últimos anos, em relação a quase tudo o que diga respeito ao Brasil e aos portugueses aqui radicados.

Somente através da execução de uma política cultural definida para as comunidades portuguesas do estrangeiro, com estímulos e a concessão de certas facilidades por parte da iniciativa estatal, é que será possível romper o hermetismo dessas comunidades, libertando-as da vida doméstica que tradicionalmente desenvolvem e fazendo-as atuar diretamente sobre as sociedades nacionais.

É sabido que, para além das marcas estruturais deixadas pela colonização, é inexpressiva a presença da cultura portuguesa no Brasil de hoje como no de um passado recente. Cada vez mais a juventude brasileira perde contato com os grandes autores portugueses, sendo que a criação literária mais recente é praticamente ignorada. Via de regra, nos cursos universitários especializados, o conhecimento da literatura portuguesa não ultrapassa a geração do Orpheu e o movimento presencista. É sintomático um fato ocorrido recentemente a propósito da vinda de cinco escritores portugueses ao Brasil, em agosto de 1976. A escolha dos nomes que integrariam essa missão foi feita através de um questionário enviado pelos Serviços Culturais da Embaixada de Portugal a cinquenta universidades e colégios brasileiros, dos quais apenas sete responderam. Completando este quadro, temos a má divulgação do livro português, apesar da sua boa aceitação nos meios universitários.

Em termos de cultura de massa, a situação é ainda mais crítica, já que a sua difusão esteve sempre a conta da iniciativa individual. No terreno da música popular, por exemplo, o mais significativo esforço de divulgação das composições portuguesas mais tradicionais remonta aos tempos da soberania do rádio e dos célebres programas de auditório. Hoje, porém, as emissoras brasi-

leiras não se interessam pela música portuguesa, salvo raras exceções, quando executadas por estrangeiros do tipo Ray Conniff ou James Last.

A TV brasileira, sempre pronta a transmitir a solenidade de entrega do Oscar, mostrou há tempos a apresentação de artistas brasileiros no Olympia de Paris, mas não tomou conhecimento da espetacular exibição da cantora Elis Regina no recente Festival da Canção Portuguesa.

Enquanto isto, vemos portugueses de valor, como Luís de Lima, Chianca de Garcia, Ruth Escobar, Joaquim Pimental, Joaquim Tenreiro e tantos outros, travarem sozinhos uma luta inglória pela divulgação da cultura lusa dentro da sociedade brasileira. Quem não se recorda da importante empreendimento de Reinaldo Varela que, com aquele seu jeitão afobado que faz lembrar Woody Allen, foi responsável por uma das mais recentes e bem sucedidas iniciativas de levar Portugal à sociedade brasileira, através do seu “Portugal sem passaporte”?

Os semanários portugueses do Brasil estão voltados para os assuntos comunitários e não penetram na sociedade nacional. Assim, fica a todos a falsa impressão de estagnação, a idéia de que Portugal está a zero em termos de criação cultural. E nisto, a iniciativa oficial tem mais uma parcela de responsabilidade quando realiza promoções que, apenas revestidas com nova roupagem, refletem antigas marcas ao nível das mentalidades, como é o caso do comemorativismo ritualista voltado para a glorificação de novos/velhos heróis.

Esperamos, sinceramente, que Sua Excelência o Senhor Presidente da República Portuguesa, por ocasião da sua estada entre nós, tenha dispensado a devida atenção a estes problemas, fazendo com que, no campo da cultura, Portugal e Brasil venham a ser duas nações irmanadas por algo mais que um passado comum.